

Ilegais e aceleradas

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Vicente Pires não pára de crescer. O ritmo acelerado das construções ignora as constantes ameaças de multas, embargos e até demolições. O setor habitacional tem uma das maiores concentrações de condomínios residenciais irregulares do Distrito Federal e não espera pela legalização para se desenvolver. As obras clandestinas, que no início estavam limitadas às casas, agora estão por toda parte. Prédios de até cinco andares são construídos à luz do dia, nas avenidas de maior circulação, sem obedecer normas de segurança.

Trinta e cinco edificações foram autuadas e embargadas esta semana pela equipe da Subsecretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas. A ação não foi suficiente para intimidar os proprietários. O *Correio* flagrou ontem à tarde três edifícios em construção. Os pedreiros que trabalhavam no local não quiseram se identificar. Apenas disseram que um dos prédios, de três pavimentos, será residencial e terá apartamentos de um quarto. No térreo,

haverá um comércio. Não havia placas de identificação dos engenheiros responsáveis.

Além de desobedecerem as normas da construção civil, os edifícios em construção vão funcionar sem alvará, como outros que já estão habitados. Nenhuma edificação de Vicente Pires possui o documento, que atesta a regularidade do empreendimento e a segurança da ocupação. “Todas as obras estão irregulares e serão embargadas”, avisa o subsecretário de Fiscalização, Antônio Alves. As demolições não estão descartadas. “Seguiremos todas as etapas do processo, que começa com a notificação. O governador Arruda pediu prioridade para os prédios e a sugestão é fazer a demolição deles”, diz. Quem descumprir os embargos está sujeito à multa que varia de R\$ 500 a R\$ 2 mil ou até prisão.

O dono de um dos prédios, que prefere não ser identificado, diz que foi multado pela primeira vez esta semana. Apesar do risco de perder o investimento feito na construção do edifício de três andares, com 12 apartamentos de dois quartos, ele acredita que essa é a única forma de sair da ilegalidade. “É um passo para a re-

Carlos Vieira/CB



A AÇÃO DOS FISCALIS NÃO INTIMIDOU QUEM CONSTRÓI NA REGIÃO: CANTEIROS CONTINUAM A FUNCIONAR

gularização”, avalia. O presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires (Arvips), Dirsomar Chaves, reclama da omissão do poder público. “Se essas pessoas

não têm alvará é porque não conseguem junto ao GDF. Eu não quero acreditar que chegaremos ao ponto de demolir, porque a comunidade reagirá”, afirma.

Ordens ignoradas

As construções irregulares já estiveram na mira dos fiscais e sob ameaça de derrubadas outras vezes. Notificações antigas serão

anexadas às novas para fazer parte do levantamento sobre a situação das invasões no setor habitacional. Na segunda-feira, as equipes voltam ao trabalho e garantem que nenhuma edificação deixará de ser fiscalizada. “Gostaria de saber por que não há tanta pressa em solucionar os nossos problemas, como o do sistema viário”, questiona Dirsomar Chaves.

A velocidade do crescimento vertical altera a cada ano as estatísticas sobre a população de Vicente Pires. Segundo a Associação dos Moradores, 45 mil moram na região, que engloba a Vila São José e a Colônia Agrícola Samambaia. A área pertence à União, que assumiu o comando da regularização fundiária e ambiental em 2005, numa parceria com a comunidade e o GDF. O principal item do acordo era o congelamento das invasões, mas não houve respeito ao convênio. Desde julho passado, a Secretaria de Patrimônio da União tenta cadastrar as famílias, estimadas em 12 mil.

LEIA MAIS SOBRE
VICENTE PIRES NA

PÁGINA 26

MEMÓRIA

Antiga área rural

O projeto de Brasília previa a existência de um cinturão verde ao redor da cidade. Na época da construção foram criadas as zonas rurais, entre elas a Colônia Agrícola Vicente Pires. No início dos anos 80, os produtores rurais se renderam à especulação imobiliária e venderam as chácaras que se transformaram em condomínios residenciais. Ninguém tinha escritura das terras, que são públicas.

Em 2005, os ocupantes das terras tiveram o primeiro sinal do governo de que as ocupações podem ser regularizadas. A situação ambiental da área já era crítica. Não havia abastecimento de água.

Testes sobre a qualidade da água do lençol freático detectaram contaminação por metais pesados e coliformes. O Ibama iniciou uma ofensiva contra as construções em Áreas de Proteção Permanente (APPs). No mesmo ano, a Associação de Moradores de Vicente Pires (Arvips) firmou acordo com a Gerência de Patrimônio da União (GRPU) para agilizar a regularização fundiária.

Em 2006, a GRPU começou a cadastrar os moradores da região. Houve divergência entre os números apresentados pelos governos federal e local. O ano terminou com uma polêmica derrubada de casas em áreas com restrições ambientais. Moradores entraram em conflito com a polícia durante a ação.